

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1: O PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO .....</b>	<b>27</b>
1.1 O PROCESSO COMPLEXO .....	27
1.1.1 A definição de processo complexo.....	27
1.2 O PEDIDO DA DEMANDA .....	36
1.2.1 O conceito de pedido .....	36
1.2.2 A relação do pedido com os elementos da ação .....	46
1.2.3 O pedido imediato e o pedido mediato .....	48
1.2.4 Os limites do pedido e a relação com a decisão do processo.....	52
1.3 A CUMULAÇÃO E O PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO.....	56
1.3.1 A complexidade da demanda: entre cumulação de partes e cumulação de pedidos .....	56
1.3.1.1 A cumulação subjetiva ou de partes: litisconsórcio.....	58
1.3.1.2 A cumulação objetiva ou de pedidos.....	60
1.3.2 As espécies de cumulação de pedidos.....	67
1.3.2.1 A cumulação própria .....	68
1.3.2.2 A cumulação imprópria.....	72
1.3.3 Os momentos processuais para a cumulação.....	77
1.3.3.1 A cumulação inicial.....	77
1.3.3.2 A cumulação ulterior.....	79
1.4 A DIVISÃO DO OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO EM CAPÍTULOS PELA COMPLEXIDADE OBJETIVA DO PROCESSO.....	108

1.4.1	Evolução histórica da noção de capítulos da sentença .....	108
1.4.2	A divisão do processo litigioso do processo em capítulos ...	111
1.4.3	A divisão em capítulos de sentença: uma comunhão entre Dinamarco, Liebman e Carnelluti .....	117
1.4.4	Autonomia e independência entre capítulos .....	120

## **CAPÍTULO 2: A COMPLEXIDADE COGNITIVA E O PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO..... 127**

2.1	A COGNIÇÃO JUDICIAL .....	127
2.1.1	A cognição num aspecto geral .....	127
2.1.2	Conceito de cognição judicial .....	131
2.1.3	Espécies das cognições.....	136
2.1.3.1	Horizontal e vertical .....	137
2.1.4	A divisão da cognição em resolução de questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter tantum</i> ....	142
2.1.5	A tipologia das questões .....	146
2.1.5.1	Questões de fato e questões de direito.....	146
2.1.5.2	Questões prévias: preliminares e prejudiciais.....	153
2.1.5.3	Questões de mérito.....	157
2.1.5.4	Questão principal como o objeto final da cognição ....	161
2.2	A CONCEPÇÃO DE FATO NA DEMANDA .....	162
2.2.1	A definição de fato para o processo.....	162
2.2.2	A relação do fato com a produção de provas .....	166
2.2.3	Fato da causa como <i>thema probandum</i> .....	169
2.2.4	A (im)possibilidade de dissociação entre alegação de fato e alegação de direito .....	171
2.2.5	As diferentes espécies de fatos .....	176
2.3	A COMPLEXIDADE DE QUESTÕES DE FATO .....	177
2.3.1	A complexidade do processo e a complexidade na cognição.....	177
2.3.2	A possibilidade de cisão cognitiva como consequência da complexidade do processo.....	179
2.3.3	As questões de fato num processo complexo objetivamente .....	191

2.3.3.1	A pluralidade das questões de fato num processo complexo objetivamente .....	193
2.3.3.2	A pluralidade das questões de fato e a sua resolubilidade parcial como requisitos para a possibilidade da decisão parcial.....	194
2.3.3.3	As questões de fato para a cognição da decisão parcial sem mérito.....	200
2.3.3.4	As questões de fato para a cognição da decisão parcial com mérito: uma classificação .....	204
2.3.3.5	O impacto da classificação de independência total e independência parcial nas espécies de cumulação.....	212

### **CAPÍTULO 3: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CISÃO COGNITIVA NO DIREITO BRASILEIRO .....** **223**

3.1	A VISÃO CONCEITUAL DA CISÃO COGNITIVA.....	223
3.1.1	O conceito de cisão cognitiva.....	223
3.2	A EVOLUÇÃO DA CISÃO COGNITIVA E FRACIONAMENTO DECISÓRIO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO .....	226
3.2.1	A visão da unicidade da sentença como regra restritiva no procedimento comum no CPC/73 .....	226
3.2.2	A cisão cognitiva como base da especialidade de algumas hipóteses de procedimentos especiais no CPC/73.....	232
3.2.3	A antecipação da tutela de pedido incontroverso: o art. 273, § 6º do CPC/73 pela Lei nº 10.444/2002 .....	235
3.2.4	A alteração no conceito de sentença pela Lei nº 11.232/2005 e o impacto na abertura para a cisão cognitiva no procedimento comum do CPC/73.....	242
3.3	O PANORAMA ATUAL DA CISÃO COGNITIVA E FRACIONAMENTO DECISÓRIO NO CPC/2015 .....	246
3.3.1	A positivação da cisão cognitiva e a decisão parcial na fase de conhecimento.....	246
3.3.2	A unicidade da sentença como normalidade e a decisão parcial como acidente processual no CPC/2015: a existência de uma bifurcação procedimental do processo objetivamente complexo.....	249
3.3.3	A reedição de procedimentos especiais no CPC/2015 com a cisão cognitiva como base da especialidade.....	251

3.3.4	As decisões parciais de mérito em algumas hipóteses de procedimentos especiais: cisão cognitiva de mérito diversa do art. 356 do CPC/2015 .....	253
3.3.5	O art. 327, §2º do CPC/2015 e a desnecessidade de procedimentos especiais específicos para cisões cognitivas ...	259
3.4	O FRACIONAMENTO DECISÓRIO NO DIREITO COMPARADO .....	263
3.4.1	No direito alemão.....	264
3.4.2	No direito português .....	269
3.4.3	No direito italiano.....	272
3.4.4	Outros países e a possibilidade (ou não) de decisão parcial .....	278
3.5	A DEFINIÇÃO DA CISÃO COGNITIVA E FRACIONAMENTO DECISÓRIO VIA DECISÃO PARCIAL COMO INTERLOCUTÓRIA .....	280

## **CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DA DECISÃO PARCIAL E SUAS ESPÉCIES..... 285**

4.1	A MANIFESTAÇÃO DO RÉU NA CONSTRUÇÃO DA DECISÃO PARCIAL .....	285
4.1.1	A importância do réu e sua atitude processual para a questão de fato no processo objetivamente complexo .....	285
4.1.2	A contestação, o princípio da eventualidade e a preclusão das questões de fato pelo réu.....	286
4.1.3	A contestação com pedido de julgamento antecipado e a réplica do autor: preclusões sobre produção de prova.....	296
4.1.4	As exceções na possibilidade de cisão antes do pronunciamento do réu: análise da admissibilidade da demanda e improcedência liminar do pedido .....	301
4.1.5	A contestação e as preliminares processuais: a abertura para cisão cognitiva sem mérito no saneamento .....	305
4.2	A CONSTRUÇÃO COOPERATIVA DA DECISÃO PARCIAL .....	308
4.2.1	A decisão parcial como efetivação da eficiência, celeridade e cooperação processual.....	308
4.2.2	A necessidade de alerta do juízo sobre a decisão parcial? ...	310
4.2.3	Os momentos da percepção de bifurcação cognitiva.....	312
4.2.4	A construção da decisão parcial: elementos da decisão ...	314
4.2.5	A construção cooperativa da decisão parcial: a repartição com outros momentos decisórios .....	321

---

4.3	A DECISÃO PARCIAL SEM MÉRITO.....	324
4.3.1	O conceito de decisão parcial sem mérito.....	324
4.3.2	As questões cognitivas preliminares: vícios processuais ....	328
4.3.3	A decisão cognitiva sem mérito e as questões de fato .....	332
4.3.4	As hipóteses de extinção parcial .....	334
4.3.4.1	O indeferimento parcial da inicial.....	336
4.3.4.2	A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo .....	345
4.3.4.3	A falta de interesse e legitimidade parcial.....	348
4.3.4.4	A preempção, a coisa julgada e litispendência parciais .....	352
4.3.4.5	O reconhecimento parcial de convenção de arbitragem ou o reconhecimento pelo árbitro da sua competência parcial.....	355
4.3.4.6	Homologar a desistência parcial da ação .....	358
4.3.4.7	Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal .....	359
4.3.5	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento de mérito .....	360
4.3.6	A relação dos pressupostos processuais na cumulação sucessiva e a impossibilidade de decisão parcial sem resolução de mérito.....	363
4.4	A DECISÃO PARCIAL COM MÉRITO.....	365
4.4.1	As diferentes visões de mérito .....	365
4.4.2	O conceito de mérito.....	372
4.4.3	A existência de um mérito em cada capítulo decisório.....	374
4.4.4	O conceito de decisão parcial com resolução de mérito....	376
4.4.4.1	A resolução incidental de questões de mérito, o fracionamento de questões e a não concepção como fracionamento do mérito.....	377
4.4.5	Os requisitos e hipóteses de decisão parcial de mérito ....	382
4.4.5.1	A decomponibilidade do pedido como um modo de complexidade objetiva do processo e a decisão parcial de mérito .....	389
4.4.6	Os julgamentos de mérito constantes no art. 354, parágrafo único: art. 487, II e III do CPC.....	390

4.4.7 A relação da decisão parcial de mérito com as espécies de cumulação de pedidos.....	393
---	-----

## **CAPÍTULO 5: A CONFIGURAÇÃO DOS REQUISITOS, A BIFURCAÇÃO COGNITIVA E O DEVER DO FRACIONAMENTO DECISÓRIO ..... 399**

5.1 A COGNIÇÃO JUDICIAL PRELIMINAR NO PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO .....	399
5.1.1 A cognição judicial preliminar, as questões de fato e o momento da percepção da possibilidade de cisão cognitiva.....	399
5.1.2 A bifurcação cognitiva no processo.....	404
5.1.2.1 As espécies de bifurcações cognitivas .....	409
5.1.3 A decisão parcial e a cisão procedimental para fins de quebra da cumulação .....	413
5.1.3.1 A interligação entre os capítulos, as questões de fato e a cisão procedimental .....	417
5.1.3.2 A relação da cisão procedimental com a cumulação de pedidos.....	418
5.1.3.3 A cisão procedimental, a eficácia imediata da decisão parcial e o efeito suspensivo do recurso.....	420
5.1.3.4 O agravo de instrumento da decisão parcial e a independência entre a matéria decidida.....	428
5.1.3.5 O julgamento recursal do agravo de instrumento e a possibilidade de efeito expansivo .....	431
5.1.3.6 A hipótese do error in procedendo como fundamento do agravo de instrumento e a possibilidade de anulação da decisão parcial.....	437
5.1.3.7 A formação da coisa julgada na decisão parcial e o impacto no restante da cognição.....	446
5.1.3.8 A coisa julgada da decisão parcial, a questão de fato resolvida e a impossibilidade de rediscussão na sentença .....	454
5.1.4 Os requisitos autorizantes da bifurcação cognitiva, a correta análise judicante e a cisão procedimental.....	459

## **CAPÍTULO 6: AS CONSEQUÊNCIAS E REFLEXOS PROCESSUAIS DO FRACIONAMENTO DECISÓRIO..... 463**

6.1 OS IMPACTOS PROCESSUAIS DA DECISÃO PARCIAL .....	463
6.1.1 Os custos do processo e a decisão parcial.....	464

---

6.1.2	A recorribilidade da decisão parcial .....	469
6.1.3	A remessa necessária e a decisão parcial .....	483
6.1.4	A ação rescisória e a decisão parcial .....	491
6.1.5	A liquidação de sentença e a decisão parcial.....	497
6.1.6	A execução e a decisão parcial: provisória e definitiva.....	499
6.1.7	A suspensão parcial por repetitivos e a decisão parcial .....	503
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>507</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>513</b>